



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

RECUAR PARA MELHOR ABORDAR – LINGUAGEM E EUROPA MODERNA SOB O OLHAR CULTURAL DE PETER BURKE

Léo Antonio Perrucho Mittaraquis
leomittaraquis@uol.com.br
(UFS)

Resumo

A partir do exercício proposto e realizado pelo historiador Peter Burke, a saber, produzir um ensaio (“Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa moderna”) sobre a história cultural da língua, busca-se aqui apontar como, com a produção dessa obra, Burke oferece importante contribuição aos estudos e pesquisas desenvolvidos no campo da História da Educação, sob a perspectiva de que a língua é também uma referência documental. Assim, o objeto de estudo sob análise e interpretação no presente trabalho é o olhar burkeano sobre a cultura da língua na aurora de uma Europa que se ergue ao fim da Idade Média. O objetivo, conseqüentemente é fornecer subsídios à percepção de que o ato de imprimir um livro ou ato institucional de reconhecimento de uma língua (sua gênese e seu desenvolvimento) se constitua, também, em um fio condutor que orienta compreensão do processo histórico que estrutura o fenômeno de formação, fundamentação e consolidação das linguagens e comunidades e como estas constroem um status identitário com aquelas. Inclui-se, também, A reflexão sobre a evolução das relações entre língua e comunidade ou, mais especificamente, entre línguas e comunidades (no plural) na Europa e em outras regiões nas quais as línguas europeias eram faladas, determinando a periodização entre os seguintes eventos: a invenção da imprensa e a Revolução Francesa. No que concerne ao referencial teórico à concepção de documento/monumento proposta por Jacques Le Goff. As fontes consultadas são de natureza bibliográfica, abrangendo, além da produção ensaística do historiador Peter Burke, outras obras que trazem abordagens convergentes ao tema. Como resultado, obteve-se um amplo mapa (Peter Burke se utiliza do verbo mapear) das linguagens no início da Europa moderna, no que concerne à consolidação, ao surgimento e às transformações, aspectos estes relacionados às linguagens, bem como suas funções histórico-sociais. Notadamente considerando a intervenção do Estado, na tentativa de padronizar, normatizar, regulamentar as línguas com o intuito, inclusive de qualificar uma nova Europa, esta que ensaia seus primeiros passos guiada pelo discurso de modernidade.

Palavras-chave: Linguagem. Comunidades. História Cultural. Línguas Européias. Identidade.

Aparentemente, a intenção primeira de Peter Burke é a de nos fornecer subsídios à percepção de que o ato de defender a permanência de uma língua como o latim em diversos campos, ou a sua supressão em favor do vernáculo pátrio (como providência institucional de reconhecimento de uma língua e, até mesmo, do poder do Estado que se funda); o ato de lecionar numa língua que talvez desapareça ou de imprimir e distribuir um livro se constitua, também, em um fio condutor no exercício de compreensão do processo histórico que estrutura o fenômeno de formação, fundamentação e consolidação das linguagens e comunidades. Peter Burke, ao longo da obra, demonstra ter consciência de que os eventos linguísticos se apresentam aos olhos do estudioso atento, como uma necessidade cultural. No intuito de complementar esta observação, recorre-se, aqui, ao historiador da linguagem Roger Fischer:

4633





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A arquitetura final da sociedade e as subseqüentes remodelações também são medidas a partir e por meio da linguagem. A língua dá voz à ação humana, de maneiras complexas e sutis. Níveis de interação social múltiplos, desde relações internacionais até relacionamentos íntimos nascem, são permitidos e enriquecidos por meio da língua. (FISCHER, Roger, Uma breve história da linguagem, Osasco, SP: Novo Século Editora, 2009, p.219).

As linhas acima, reforçadas em seus argumentos pela citação, vão ao encontro do principal objetivo do livro, o qual, segundo Burke, é:

Refletir sobre a evolução das relações entre língua e comunidade ou, mais especificamente, entre línguas e comunidades (no plural) na Europa e em outras regiões nas quais as línguas europeias eram faladas, desde a invenção da imprensa até a Revolução Francesa. (BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p. 17).

Percebe-se a sistemática contida, delimitada, ainda que rica em remissões (fontes diversas), quando afirma que:

Este não é um levantamento geral da história das línguas da Europa nos primórdios do período moderno, e sim uma série de ensaios correlacionados (originalmente palestras) sobre algumas principais tendências dessa história. (BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p. 17).

Tem-se, portanto, além dos objetivos pretendidos pelo autor, também a informação sobre o que o livro não é, ou não pretende ser: o levantamento geral do tema proposto.

No segundo parágrafo, da página dezessete, Burke se vale estrategicamente da banalização e afirma que na contemporaneidade o tema língua é constante entre pesquisadores e historiadores. Contudo, contrapondo-se à ótica hodierna, em que instituições localizadas no continente europeu decidem promover atividades festivas e acadêmicas, durante um ano¹, ressaltando no cenário histórico-social os idiomas falados em solo europeu, provocando o envolvimento geral com este sentimento de identidade e atualização, Burke, ainda que não necessariamente na contramão da história, propõe o olhar retroativo e distanciado: “*reculer pour*

¹ “Hoje em dia, a língua é um tema cotidiano. Inclusive, 2001 foi oficialmente declarado o ‘Ano Europeu das Línguas’. Não deveria haver muita necessidade de lembrar as pessoas da ligação entre língua e política, ou melhor, do emaranhamento entre línguas e política num momento em que expressões como ‘direitos linguísticos’ e ‘política da identidade’ recentemente entraram em nosso vocabulário cotidiano”. BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p. 17.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

mieux sauter”. Traduzindo a expressão, pode-se, talvez, compreendê-la no seguinte sentido: “Recuar para melhor abordar” (ou atacar).

Prosseguindo, Burke, não só apresenta seus objetivos, não só se posiciona estrategicamente (recua para melhor atacar os problemas) como se preocupa em justificar sua opção em escrever sobre linguagem e os motivos de não deixar o tema nas mãos dos linguistas: “Antes de mais nada, porque a linguagem é sempre um indicador sensível – embora não simples reflexo – da mudança cultural”.²

Para Burke não parece haver dúvidas de que a linguagem (linguística e comunitariamente falando) é um mediador poderoso. Mediante este é possível verificar macros e micros processos de formação, evolução, aculturação, extinção de idiomas, socioletos, dialetos e comunidades:

Este livro pode ser descrito como um ensaio sobre a “história cultural da língua” num momento em que toda história parece estar se transformando numa história cultural. Alguns linguistas falam de “cultura da língua” (especialmente em alemão, *Sprachkultur*), para se referir a um complexo ou sistema de atitudes em relação à língua e a imagens da língua a serem encontrados num determinado local e época. (BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p. 18).

O autor não hesita em afirmar sua preferência pelo rótulo “história social da língua”.

Segundo Burke, a expressão tem:

A vantagem de destacar as funções sociais da língua, levando a uma discussão da função da língua na expressão ou construção de uma variedade de relacionamentos sociais, incluindo dominância e subordinação, amizade e fraternidade, tolerância e preconceito, a manutenção e a subversão de uma ordem social, e assim por diante. (BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p. 19).

A história social da língua é um campo que se amplia. O que, para os estudiosos e pesquisadores do campo da história da educação é por demais salutar e vantajoso. Segundo Burke, os estudos relacionados a este campo (história da língua) se multiplicam aceleradamente. Com diversos grupos formados para esse fim na Inglaterra, na Alemanha, na Suécia, na Holanda e no Brasil.

² BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p. 17.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Na percepção do autor, a história social da língua é um projeto relativamente novo. Burke, portanto, afasta o campo do risco da casualidade, do mero ímpeto. Significa que há sistematização, intencionalidade bem orientada e, sem dúvida, conseqüentemente, há o objetivo claro da consolidação, da fundamentação do campo.

Evidentemente o projeto pode contar com um denso aporte histórico. E Burke destaca a contribuição de alguns deles: Acadêmicos literários também vêm escrevendo sobre a história da língua há gerações.³

Burke observa que historiadores também contribuíram para os estudos linguísticos, ainda que considere a colaboração ocasional. No entanto, destaca o que considera um importante estudo produzido por Michel de Certau, a quem reconhece como polímata (indivíduo que estuda ou que conhece muitas ciências). O estudo traz o seguinte título *Une politique de la langue*⁴ e, segundo Burke, trata da relação entre a Revolução Francesa e os dialetos da França, *les patois*.

Como informa Burke, o estudo de Certau proporcionou outros estudos sobre temas similares. Burke cita também Lucien Febvre (“O Aparecimento do Livro”; “Europa – Gênese de uma civilização”), Américo de Castro (autor de *La peculiaridad lingüística rioplatense y su sentido histórico* e *La palabra escrita y el quijote*) e Vivian Galbraith (*The Literacy of the Medieval English Kings*). Estes acadêmicos trataram da linguagem das leis, da relação entre língua e nacionalidade, língua e império e a linguagem da diplomacia.

É possível constatar, assim, que Burke insiste no processo/fenômeno de ampliação do campo da história social da língua. Os autores acima citados não o são por acaso; a seleção se orienta para a alta qualificação do argumento. Vale dizer: não só sociolinguistas, antropólogos, linguistas, filólogos, mas, sim, também, historiadores deixam-se seduzir pelas possibilidades de estudos da língua e de linguagens em inserção, interação, integração e conflitos com outros campos. A língua também é reconhecida como ferramenta auxiliar do entendimento das realidades sob a perspectiva do historiador.

³ (BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p. 19).

⁴ CERTEAU, Michel de; JULIA, Dominique. Une Politique de La Langue – La Revolution Française et les Patois. Paris: Gallimard, 1975.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Já o termo *comunidade* se apresenta, para Burke, como ao mesmo tempo indispensável e perigoso.⁵

De acordo com Burke, tanto, quanto *cultura*, o termo *comunidade* pode suscitar a equivocada percepção de composição uniforme e de plena adesão entre os elementos constituintes. E as atividades desenvolvidas em campo sob a ótica histórica, sociológica ou antropológica invalidam tal representação intelectual instantânea.

O autor observa também que o pronome pessoal da primeira pessoa do plural (*nós*) oferece a referência do pertencimento⁶. Vale dizer: fazemos parte de comunidades, sejam estas de maiores ou menores dimensões e seja o nosso tempo de presença constante ou temporário. E que o processo não se dá apenas por convergências, mas, sim, também por conflitos, os quais, no que diz respeito aos vernáculos, podem (ao invés de fragmentar, separar), estimular, isso sim, o que Burke denomina como *lealdade à língua e consciência da língua*.⁷

Outro conceito valorizado por Burke no prólogo é o denominado *comunidades imaginadas*. Entretanto, percebe-se, antes de tudo, diante da expressão é a pobreza conceitual do termo: em nenhum momento Burke, mesmo quando recorre ao autor da expressão, Benedict Anderson, diz claramente o que são *comunidades imaginadas*, não obstante explicitar os efeitos da constituição de um tipo de comunidade⁸ como esse.

Contudo, no que diz respeito ao papel das línguas na construção das comunidades, Burke se expressa e defende pontos de vista com mais clareza:

Dessa forma, precisamos analisar o papel das línguas não somente como expressão ou reflexos de um senso de coesão comunitária, mas também como um dos recursos por meio das quais as comunidades são construídas ou

⁵ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p. 21.

⁶ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p. 22.

⁷ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p. 22.

⁸ Se as comunidades reais são complexas e caóticas, as ideais –“comunidades imaginadas”- têm fronteiras claras. As comunidades imaginadas, assim como outros frutos da imaginação, têm efeitos reais, e as tentativas de criar comunidades impondo uma língua ou uma variedade linguística em particular têm importantes consequências, mesmo que não sejam as pretendidas pelos seus idealizadores. BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.22.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

reconstruídas. (BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p. 22).

Burke relaciona a diferenciação linguística, isto é, o quanto tal língua é forte bem estruturada e, principalmente, distinta das demais, à coesão comunitária. O inverso é uma possibilidade igualmente válida para o autor.

Para Peter Burke, é fato que indivíduos pertençam a mais de uma comunidade. Na verdade, pertencem a algumas. Os discursos desses indivíduos variam de forma solidária de acordo com o meio comunitário em que se encontram. Isso se dá, segundo Burke, a partir das reflexões dos sociolinguistas, de forma consciente ou inconsciente. Por conseguinte, ocorrem os denominados *atos de identidade*, isto é, a utilização de uma língua por um indivíduo enquanto este se encontra em dado ambiente. Segundo Burke: “trata-se somente do registro da identidade que predomina na ocasião”.⁹

Outro conceito caro a Burke é *diglossia*, isto é: a diferenciação de *status* sociopolítico entre duas línguas ou dialetos distintos em uma mesma comunidade, especialmente por motivo de estratificação social, em que uma das formas (língua/dialeto) se sobrepõe à outra. Esse termo, juntamente com a expressão *domínio linguístico* se fazem constantes ao longo da obra.

A forma adotada por Peter Burke para abordar os objetos e problemas apresentados no livro é a abordagem comparativa, perspectiva esta baseada na noção de história comparada. Neste estudo, compreende-se que Burke se propõe a uma história (comparada) da língua, ou seja, o autor empreende o estudo concomitante da história de duas ou mais unidades sociais ou políticas, ou instituições sociais. No caso, linguagens e comunidades no início da Europa moderna. Burke, entretanto, talvez se excedendo nos cuidados ao tratar de assunto de tantas e diversas possibilidades, apresenta, neste aspecto, o livro como um ensaio de história comparada. No que concerne a obra em aqui em discussão, o conceito ensaio encaixa muito bem, pois, mais de uma vez, Burke nos alerta sobre certa incompletude do trabalho levado a efeito.¹⁰

⁹ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.22.

¹⁰ Trata-se da exploração de um amplo território, uma tentativa de produzir um mapa provisório – incluindo espaços em branco onde necessário – movida pelo intuito de encorajar mais investigações. BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.25.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

É provável que Burke se cerque de cuidados justamente por ter plena consciência das dificuldades a serem enfrentadas. O autor se revela incomodado com o que ele chama de três problemas: “O problema da periodização; o problema das evidências e o problema da explicação”.¹¹

Por fim, o prólogo é concluído com o tópico Histórias, o autor informa que, não obstante sua organização temática, o livro é, também, uma tentativa de se contar uma história. Aparentemente, estudar e analisar comparativamente a história da língua (e das comunidades envolvidas no processo linguístico de gênese, existência e extinção) é também falar sobre os acontecimentos (de importância e proporções das mais diversas), incluindo testemunhos, eventos notadamente incomuns sob nossa perspectiva contemporânea. Mais que se propor a contar uma história é revelar diversas histórias que ocorreram simultaneamente e que também se sucederam. O roteiro apresentado por Burke nesse tópico demonstra isso. Mantendo os cuidados, Burke alerta também para a não simplicidade e para a não linearidade (e não progressividade) histórica das linguagens e comunidades no início da Europa moderna.

No capítulo I, Burke se propõe a “Mapear atitudes em relação à língua ou de mudanças de atitude, reveladas em lugares-comuns ou em ideais que aos poucos foram se tornando corriqueiras na época”.¹²

Mapear atitudes (e respectivas modificações) significa localizá-las no tempo e nos espaços. Ou seja: na história. Burke desenvolve uma perspectiva histórico-geográfica. Inicia com a menção da Espanha do século XIII, onde destaca a padronização da língua. E observa que ao se definir uma associação linguística aos valores referentes à figura real (Afonso, o Sábio), supunha-se a existência de outras possibilidades linguísticas que não contemplam a padronização proposta. Atitude que se tornará comum, na Europa: a de impor os valores do Estado, isto é, ações normalizadoras determinadas pelo órgão oficial consagradas como um modelo a ser seguido, mediante a imposição de um vernáculo.

¹¹ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.25.

¹² BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.31.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

No tópico “A baixa Idade Média”¹³, o autor trata de atitudes voltadas para a defesa, preservação ou para o ataque e extinção das línguas.

No que concerne ao tópico “A descoberta da língua”¹⁴, Burke apresenta esta expressão (*descoberta da língua*) em contraposição à *crise da língua*, proposta por acadêmicos em relação ao fim da Idade Média. E a descoberta da língua se dá, também, segundo Burke, num nível *filosófico* de retomada da língua e, num nível *pragmático*, de consciência linguística (estudo do grego, hebraico e de diferentes vernáculos europeus). O interesse pelo campo se amplia, e isso inclui tanto história das línguas como diversidade linguística.¹⁵ Burke observa que, na perspectiva contemporânea tal disposição de estudo e teorização poderia ser considerado parte da sociolinguística.

Em “*Deficit e abundância*”¹⁶, o historiador trata basicamente da riqueza e pobreza das línguas. Burke insere a expressão *ansiedade de déficit*. Elenca alguns comentários tanto voltados para o termo pobreza como para riqueza das línguas. Diante do latim, outras línguas foram consideradas insuficientes (pobres), principalmente no que se referia aos momentos em se fazia necessário elaborar abstrações. Estudiosos, tipógrafos, poetas prestaram depoimentos a favor ou contra essa ou aquela língua. Patriotas defenderam seus vernáculos. E a noção de abundância prevaleceu, em parte, com a as novas palavras adotadas. Em parte por que por alguns a adoção foi lamentada, por outros, comemorada. Por toda Europa aconteciam debates que tratavam da mistura e da pureza das línguas.

No subtópico “História da Língua”¹⁷, Burke aborda a pragmática da discussão. Numa sistemática apresentação de exemplos, o autor pouco valora os dados. E prossegue observando

¹³ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.31.

¹⁴ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.32.

¹⁵ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.33.

¹⁶ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.34.

¹⁷ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.35.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

que o fato das mudanças serem percebidas se dá a partir de publicações levadas a efeitos e diversos idiomas.

A afirmação de Burke nos indica que o fluxo motor se deu em mão dupla. As publicações estruturaram ainda mais a percepção das mudanças linguísticas e a percepção por sua vez levou ao ânimo por mais publicações.

O exercício da abordagem comparativa, em “Abordagem comparativa”¹⁸ é considerado por Burke como “um dos mais importantes aspectos dos estudos acadêmicos nos primórdios da era moderna”.¹⁹ Segundo o autor, “estudos comparativos levaram a um aumento de interesse pela divisão de línguas em *famílias* e pela análise de suas *afinidades*”.²⁰

Quanto a “Diversidade linguística”,²¹ o autor destacará, neste subtópico “o interesse por mudanças nas línguas e sua relação com o interesse pelas diversidades linguísticas faladas em diferentes locais ou por diferentes grupos”.²²

Conflitos originados desse fato foram, na verdade, benéficos à evolução dos estudos, e o autor afirma que as discordâncias e os embates foram fundamentais para conscientização da necessidade de estudos mais aprofundados, para a percepção da necessidade de normatizações de debates que se tratavam sobre padrões linguísticos.

Comentando sobre os *socioletos*, Burke observa que, por exemplo, o interesse de se estudar, conhecer as línguas camponesas se deu muito mais pela novidade (as línguas eram consideradas exóticas) do que pela característica *pureza* delas.

Além disso, o modo de falar, o linguajar, foi objeto de interesse de dramaturgos e escritores, principalmente quando o objetivo era satirizar comportamentos e condições sociais (tanto baixas como altas).

¹⁸ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.40.

¹⁹ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.40.

²⁰ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.40.

²¹ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.41.

²² BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.41.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Ao tecer considerações sobre o campo religioso, no tópico “Língua e religião”²³, Burke observa que este também não se distancia das divisões a partir do modo como se fala. Os religiosos eram grupos (e possivelmente ainda o são) identificáveis pela língua. Criaram-se inclusive expectativas quanto ao modo de se falar de cada segmento religioso: protestantes franceses trouxeram o dialeto da terra prometida, os petistas alemães, uma falação longa e fastidiosa. Os mesmos, na Holanda deveriam empregar excessivamente diminutivos.

No tocante à “Língua e as diferenças entre os sexos”²⁴, o choque cultural foi, segundo o historiador, motivado pelos valores (superior, inferior), além de observações sobre modos afetados de se falar. Mas também o sexo feminino foi valorizado por falar, corretamente em todo lugar. Se por um lado o linguajar cotidiano das mulheres, notadamente as iletradas, foi ridicularizado, por outro, no campo da arte cênica revelou-se o preconceito intelectual que, segundo Burke, fez com que mulheres instruídas fossem satirizadas por dramaturgos. Estes mesmos, no tópico “Dialeto”²⁵ são apontados por Burke como interessados nos dialetos (e socioletos), antecipando acadêmicos e tomando essas formas de linguagem como temas em suas produções, tratando-as de forma desdenhosa ou condescendente.

Contudo, também se notaram atitudes positivas com relação aos dialetos, com publicações (na Itália, por exemplo) em defesa de vernáculos. E não obstante conflitos, críticas e dificuldades sobre, por exemplo, a intenção de traduções, o dialeto foi, segundo Burke, redescoberto e valorizado, compilado por estudiosos e publicado em dicionários de dialetos, principalmente na região a qual o dialeto pertencia.

Em “Dramaturgos como testemunhas”²⁶ Burke observa um aspecto que, na nossa perspectiva, pode ser interpretado como preconceito étnico/linguístico: a exploração dos socioletos para efeito cômico. Assim, egressos das comunidades consideradas marginais eram

²³ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.48.

²⁴ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.49.

²⁵ (BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.51)

²⁶ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.54.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

vistos como “estrangeiros engraçados que não sabiam falar”. Atente-se ao fato de que alguns desses dramaturgos se tornariam imortais, gigantes da literatura e da dramaturgia, como Moliere e Shakespeare.

No subtópico “A Importância do Sotaque”²⁷ Burke alerta para o fato de que comunidades diferentes falam com som sotaque diferentes não foi notado só recentemente. Os sotaques são referência de diferenciação na origem dos indivíduos e no tipo de comunidades a que eles pertenciam. Alunos eram corrigidos para que se livrassem dos vícios linguísticos que traziam de suas regiões. E não só teóricos e políticos manifestavam aversão a formas diferenciadas da fala. Religiosos também manifestavam reservas. A literatura inglesa também se valeu dos preconceitos linguísticos para enriquecer suas tramas. Vê-se, então, que em campos distintos da atividade intelectual, autores e pensadores perceberam que ideias, opiniões ou sentimentos desfavoráveis formados *a priori*, sem maior conhecimento ou ponderação poderiam ser meios pelos quais dados discurso seriam justificados.

Abordando o latim, uma língua, segundo o autor, em busca de uma comunidade, o historiador observa que a grandiosidade e a universalidade da língua foram também os fatores que produziram fascínio e aversão diante dela. Mais ainda pelo fato de que é mantida certa continuidade entre o latim da Idade Média e o latim falado no início da Europa moderna. A língua continua a imperar. E, se muitos entendem essa realidade como um aspecto facilitador na comunicação entre pessoas que falem diferentes línguas de nascença, tantos outros enxergam como um domínio pernicioso ao processo de identidade linguística de cada povo. Há, portanto, pelo menos duas percepções quanto ao significado da presença maciça do latim. Segundo Burke o latim nos fornece um exemplo clássico de *diglossia*. Ou seja: a diferença de *status* sociopolítico entre duas línguas ou dialetos. Ao persistirem dois dialetos distintos numa mesma comunidade, por razões de estratificação social, um tentará sobrepor-se ao outro.

Burke prossegue refletindo sobre a conhecida função do latim como língua da Igreja e observa que isso não facilita a elaboração do papel do latim na Igreja, no período estudado. Inclusive pela *diglossia* em maior ou menor grau. O autor ressalta que, além do latim, outros

²⁷ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.55.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

idiomas alçaram importância histórica e cultural no mesmo nível; e como esta língua tanto ocupou espaços privilegiados como, em outros, foi duramente contestada.

O surgimento, a ascensão ou o triunfo de vernáculos, ou seja, a superação do latim pelas línguas ditas nacionais é um ponto, para o autor, dos mais importantes. Segundo Burke, este fenômeno contribuiu para o surgimento das comunidades da fala. Mas também, de acordo com o autor, o conceito de ascensão deve ser compreendido sob as limitações, com o cuidado de não se resvalar para uma interpretação *whig*, vale dizer, sob a perspectiva de uma progressão inevitável, da história referente à ascensão dos vernáculos.

Mas, sem dúvida, ainda que *progressão inevitável* seja uma expressão comprometedora, que implica uma teleologia totalmente fora de uma epistemologia, a ascensão da linguagem considerada correta, sem estrangeirismos na pronúncia, isto é, o vernáculo, ocorrida no Renascimento, contrapondo-se, inclusive, aos humanistas que defendiam ainda a excelência do latim, representou, em parte, a consciência dos humanistas vernaculistas de que a língua e a identidade cultural de um povo ou de uma comunidade são aspectos interligados no mais alto grau. Entre os representantes dos vernaculistas destaca-se Dante Alighieri, com o *De Vulgari Eloquentia* ou “Elogio ao vernáculo”. O toscano foi um dos precursores do movimento vernacular. Outros o seguiram em diferentes regiões da Europa. Segundo Burke:

No século XVI, o historiador João de Barros e Pedro Magalhães de Gândavo escreveram um elogio ao português; os humanistas Alessandro Citolini, Sperone Speroni e Lionardo Salviat pronunciaram-se a favor do italiano; o poeta Joachim Du Bellay, o escritor Jean Tahureau e o acadêmico e tipógrafo Henri Estienne saíram em defesa do francês; o valenciano Martin Viziana louvou o espanhol; o matemático Simon Stevin e o escritor Hendrik Spieghel defenderam o holandês, enquanto Jacob Rybinsky, professor primário em Torun (escrevendo em latim), argumentou em defesa do polonês, e o especialista em antiguidades e poeta Richard Carew promoveu o inglês (escrita na década de 1590, a obra de Carew foi publicada no século seguinte). Em 1589, o acadêmico Gudbrandur Tholáksson escreveu que o islandês, a língua das sagas, era a mais digna de elogios do que muitas outras. (BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.82).

Peter Burke entende as publicações e declarações a favor do vernáculo, isto é, de línguas outras que não o latim e, mais ainda, a defesa de cada humanista por sua língua pátria, como uma





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

disputa linguística, em que cada um dos defensores/atacantes, busca elevar o valor sociocultural de sua língua, enquanto tenta marginalizar as demais.

E não só a marginalização, mas a quase que total extinção de várias línguas aconteceu:

Lembre-se do número de vernáculos nos primórdios da Europa moderna, entre quarenta e setenta. Se houve vencedores nessa competição, naturalmente também houve perdedores. Se a “ascensão” de uma língua tiver uma expressão significativa, esse movimento deve ocorrer em detrimento de outro. Havia “línguas-mestre”, Como um bretão as chamou em 1650, e havia as línguas subordinadas. Havia concorrência por território e algumas vezes pela sobrevivência. O processo que o linguista francês Louis-Jean Calvet chama de *glottophagie*, o peixe engolindo o menor, já podia ser observado na época. Em casos extremos, há registros de extinção de línguas ou, na expressão atual, de “morte linguística”. (BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.86)

Extinção da língua, possível desaparecimento da identidade e, com isso, provável desaparecimento, via descaracterização, da comunidade. Ao recuar para melhor abordar, Peter Burke não pretende realizar tão somente uma lista de línguas, dialetos e socioletos que, por vezes, junto com a cultura a que pertenciam, desapareceram ou ascenderam e predominaram. Na perspectiva da História da Educação, compreender essa dinâmica é tomar ciência de que a formação do indivíduo, sua educação, está intimamente relacionada com o *status* da língua que lhe é própria e que com ela cresceu e aprendeu a se comunicar; ouvir e ser ouvido. Entender e aprender.

Entretanto, Burke observa que, além do fenômeno de extinção de línguas, ocorreu, também, o desaparecimento de determinadas línguas em ambientes específicos. Algumas, curiosamente, desapareceram e, após um par de centenas de anos, ressurgiram. Tornou-se comum, por volta do século XVII, que crianças fossem obrigadas por seus pais a esquecerem da língua nativa e aprenderem outra de maior prestígio social. No campo do Direito e da Administração há tentativas documentadas de imposição de determinadas formas de língua escrita. A prática de uma *política linguística* pelos governos visava, muito mais do que uma disciplina e padronização técnica na produção de documentos, o reconhecimento da presença constante do poder em todo *corpus* administrativo de um reino ou país.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A prática da *política linguística* não se limitava, portanto, em seus efeitos, ao controle da burocracia e dos dispositivos legais. As relações entre política e língua também representava a ascensão dos Estados centralizadores. E também, das instituições religiosas (Igrejas nacionais)²⁸, oriundas do movimento conhecido como Reforma. E incluía-se a defesa feita por artistas e estudiosos.

No campo, por sua natureza mesma, de maior interesse aqui, o da educação, é significativo perceber, segundo Burke, que, mesmo que os estudantes aprendessem as chamadas línguas modernas nas Universidades, a utilização do vernáculo, no que concerne aos fins didáticos, se manteve sob proibição. Essa posição radical suscitou reações:

Na França, acadêmicos do calibre de Jean Bodin e Louis Le Roy apoiavam o uso do vernáculo na universidade, da mesma forma como faziam Laurentius Fries e Baltasar Schupp no mundo falante do alemão. Fries, por exemplo, sugeriu que os livros médicos fossem escritos em alemão porque aquela língua era tão válida quanto o latim, o grego, o italiano ou o espanhol, enquanto Schupp dizia que ‘é possível curar um doente tão bem em alemão quanto em grego ou árabe’. (BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.92-93)

Assim, percebe-se que não só em campos políticos e religiosos mas, também, no educacional, a utilização e predominância do vernáculo, em detrimento da hegemonia do latim, representava, para seus defensores, não só avanço no conhecimento científico e humanístico como, também, estabelecia referências culturais identitárias. Sobre isso diz Burke:

Na prática, foi só muito lentamente que as línguas maternas começaram a se infiltrar na vida acadêmica. É significativo que entre os primeiros exemplos de mudança na direção do vernáculo encontremos instituições educacionais que não eram universidades. Por exemplo, o espanhol era a língua de uma nova academia para discutir a filosofia natural, ativa na década de 1580. As aulas dadas em inglês no Gresham College de Londres, fundado na década de 1590, eram orientadas a um público incommumente amplo. O equivalente em Paris do Gresham College era a série de palestras organizadas pelo jornalista Théophraste Renaudot, entre 1633 e 1642. As palestras, realizadas nas tardes de segunda-feira, abordavam uma variedade de temas, incluindo medicina, agricultura, navegação e política. As palestras eram abertas qualquer pessoa e a utilização do francês era obrigatória. (BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.93)

²⁸ BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.91.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Estes espaços de aprendizagem, nos mais diversos níveis, simbolizaram uma resistência à hegemonia latina. Representaram a busca, mediante o acesso ao conhecimento, da fundamentação da identidade cultural e nacional.

E se no espaço relativamente laico, o vernáculo, aos poucos, se impunha, o mesmo, resguardadas as especificidades, se deu no campo religioso. A Palavra tinha de ser levada a um maior número de pecadores. E a persuasão (e conversão) seria mais efetiva se o discurso sermonístico fosse apresentado na língua vivida e compreendida pelas comunidades. Quanto a essa necessidade de se estimular a doção do vernáculo, tanto reformistas como contrarreformistas estavam de acordo. Esse movimento levou a um outro: o exercício das traduções. O processo se acelerou e, vale notar, novas palavras foram inventadas, pois, nas traduções entre vernáculos, nem sempre foi possível dispor de palavra diferente, mas, com significado equivalente.

Contudo, se os movimentos pró-vernaculares significaram a libertação do jugo do latim, os vernáculos se tornaram instrumentos de conquista e colonização. Burke denominou a isso de “imperialismo linguístico”.²⁹

É certo que a expansão e predomínio linguísticos não se deu apenas mediante as atividades comerciais entre povos e ao processo de colonização. Na própria Europa, como já foi visto aqui, línguas predominaram em detrimento de outras. Burke observa que entre o século XII e XVI várias línguas sofreram declínio no continente europeu. Outras, porém, se impuseram. O francês avançou. O polonês obteve visibilidade no âmbito da escrita.³⁰ O purismo defendido pela língua holandesa serviu de modelo, segundo Burke, para a concepção de purismo linguístico alemão.

Segundo Burke, a tendência à padronização vernacular foi, de certo modo, consequência da ampliação do domínio de diversas línguas. E se o termo implica na uniformização do vernáculo

²⁹ BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.97.

³⁰ “Essa primazia da escrita explica a presença gêmea de duas formas que são indissociáveis no saber XVI, apesar de sua oposição aparente. Trata-se, em primeiro lugar, da não-distinção entre o que se vê e o que se lê, entre o observado e o relatado, da constituição, pois, de uma superfície única e lisa, onde o olhar e a linguagem se entrecruzam ao infinito; e trata-se também, inversamente, da dissociação imediata de toda linguagem que desdobra, sem um termo jamais assinalável, a repetição do comentário”. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 54.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

é, também, como observa Burke, a submissão às regras. No período aqui estudado, primórdios da Europa moderna, a dupla finalidade da padronização é altamente significativa: em parte pragmática, em parte em nome de honrarias.

As línguas não padronizadas eram relegadas à condição de bárbaras. Mas a padronização não visava apenas reduzir o valor de línguas que não obedeciam a normas sistematizadas. Padronizar a língua era estabilizá-la. A língua devia alçar o *status* de perene, ombreando-se ao latim.³¹

E para responder à necessidade cada vez maior de padronização, foram publicadas, gramáticas de vernáculos europeus, e essa gramatização testemunhou o poder de acadêmicos e intelectuais. Contudo esse não é necessariamente o mais importante aspecto a ser levado em conta. Os vernáculos padronizados traziam consigo os valores das comunidades emergentes.

Some-se a isso a produção em massa da mesma obra. Se nos recordarmos de como os livros eram produzidos, por exemplo, pelos monges copistas da Idade Média, compreenderemos por que a padronização de vernáculos e as implicações dessa atitude se configuram numa revolução.

E uma revolução, além de cultural, econômica, pois, como observa Burke, a produção padronizada e em massa buscava vender textos idênticos a um número cada vez maior de leitores. Outra consequência simultânea: foi possível, a partir de impressos, influenciar e produzir hábitos de escrita e de fala.³² E notadamente, como os livros impressos chegavam às comunidades que ainda não tinham tido contato com a escrita a mão, seus membros passaram da fala para a escrita impressa sem passar pelo que Burke denominou de “a era do manuscrito”.

Entretanto, Burke nos alerta sobre os seguintes pontos: o conceito de padronização não é simples, e se faz necessária a compreensão dos processos de codificação e dos processos socioculturais que levam à ascensão de um dialeto ou socioleto; o processo de padronização, sob o ponto de vista cronológico, ocorreu independentemente da ação da imprensa; a imprensa,

³¹ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.106.

³² “As posições respectivas do escrito e do oral se determinam mutuamente. Suas combinações, que mudam os termos, tanto quanto as suas relações, inscrevem-se numa sequência de configurações históricas”. CERTEAU, Michel de. A Escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.189.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

segundo Burke, carregando um poder ambíguo e, em vários casos, segundo Burke, tanto promoveu, onde atuou, a uniformidade como o caos; por fim, no caso da imprensa como veículo de divulgação, Burke questiona as possibilidades do veículo, ou seja, ela não visa, de forma passiva, apenas produzir leituras padronizadas, em nome do conhecimento geral e das línguas possíveis de serem conquistadas, como também pode responder positivamente às finalidades mais específicas de um poder político, de um autor ou de um grupo.

A mistura das línguas pode ser compreendida, segundo Burke, como um processo de troca linguística, expressando o que o autor denominou como unificação cultural de toda a Europa. O fenômeno do europeísmo alcançou tanto produções musicais, como literárias, chegando até ao campo bélico. Esses contatos entre línguas, diz Burke, não ocorrem sem que de ambas as partes fluam dados que são absorvidos e que passam a interferir na estrutura de cada um dos vernáculos. Diante dessa realidade, o autor se vale de termos tais como hibridização cultural ou transculturação. Uma das implicações do fenômeno é o surgimento de *línguas sem falantes nativos, os pidgins*. Os pidgins ultrapassam as fronteiras linguísticas, pois, segundo Burke, tais línguas simplificadas permitem que pessoas de diferentes comunidades possam se entender.

Para Burke, a maior prova da tendência à mistura das línguas, tratada no capítulo anterior, é justamente as fortes reações contra ela. Os espaços acadêmicos se tornaram campos de embate sobre o tema, e neles se manifestaram os movimentos a favor da pureza da língua.

Segundo Burke, uma reação de cunho nacionalista se deu a conhecer, movimento este que o autor exemplifica com as cruzadas grega e alemã contra palavras estrangeiras. O autor nos alerta para a importância histórica desses movimentos, e também aponta aspectos negativos: palavras, formas de sintaxe, pronúncias desapareceram ao longo do processo de uniformização e purificação. Como se fosse uma orientação para a eugenia linguística, os puristas defenderam três tipos de pureza que deveria caracterizar a língua sem impurezas: moralmente pura, socialmente pura e etnicamente pura.

Ser moralmente pura era firmar-se em oposição ao linguajar grosseiro e obsceno; ser socialmente pura era excluir jargões utilizados por classes mais baixas, seguindo o modo de falar das classes superiores. Quanto às expressões populares, o leitor podia contar com um dicionário





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

especial; por fim a língua deveria ser, na expressão de Burke, etnicamente pura, excluindo expressões estrangeiras.

Não obstante outras línguas passarem pelo mesmo processo de tentativa de purificação, o latim foi a língua que mais estimulou discussões nesse sentido. Pensadores se posicionaram contra a inserção de palavras gregas, por exemplo, no latim. Notadamente defendia-se o latim ciceroniano. Burke, inclusive, observa que tanto Cícero como outros pensadores romanos que eram contemporâneos a ele defendiam a pureza da língua. A partir dessas referências humanistas se posicionaram a preservar o latim clássico *contra ameaças*, como diz Burke, que nem Cícero nem Quintiliano poderiam imaginar.

Diz-nos Burke: “Se o latim do século I podia ser descrito como bárbaro, é fácil imaginar como os humanistas italianos reagiram ao latim medieval, que rejeitavam como uma língua que cheirava a cozinha”.³³ Vale observar que Peter Burke classifica o purismo em duas formas: a separatista e a defensiva.

O purismo defensivo é amplamente discutido no tópico “Purismo, Renascimento e Reforma”.³⁴ Segundo Burke, durante o Renascimento, foram as palavras italianas que se tornam um perigo. E as opiniões se dividiram: as interações linguísticas foram consideradas por uns, contribuição, por outros, corrupção.

Em sua conclusão (Epílogo: Línguas e nações³⁵), Burke reafirma as intenções do seu livro: tratar de temas centrais na história das línguas. O término de seus estudos, no sentido cronológico e histórico é a Revolução Francesa. Observa o historiador que tanto na língua adotada, como na forma de governo, um antigo regime foi substituído por um novo.

Os termos principais do título da obra, *linguagens e comunidades*, são fundamentados mais uma vez no epílogo: “A questão é que a língua ao mesmo tempo expressa e ajuda a criar

³³ BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.160.

³⁴ BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.163.

³⁵ BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.177.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

comunidades nacionais. Podemos dizer que a língua foi “nacionalizada” nessa época ou que ela se tornou um objeto de culto da nação”.³⁶

Burke prossegue observando que relações entre línguas e nações não são recentes (ver no caso de Roma, Cícero). E destaca a utilização de algumas palavras, como *natio*, que já na idade média se referia a algo próximo a povo. Contudo é o fim do século XVIII que o autor percebe como decisivo na consolidação de um pensamento que integra línguas/nações. E tal sentimento avançou além-mar chegando, segundo Burke, ao Novo Mundo.

Burke vai buscar em Benedict Anderson o conceito de comunidades imaginadas. O autor observa que debates relacionados ao que ele denomina como *cultura do nacionalismo* permite que o processo de nacionalização da língua seja inserido num contexto muito mais amplo. Uma cultura institucional se afirma com o Estado, o exército, a Educação e os novos meios de comunicação.

A interação entre estas instituições produziram, segundo Burke, baseado no pensamento de Anderson, as comunidades imaginadas. O termo *imaginada* parece responder ao pensamento equivocado de homogeneidade na língua e na comunidade. Afinal, segundo Anderson, os indivíduos de uma nação jamais conhecerão todos os demais componentes humanos dessa nação, senão uma diminuta parcela. Cumpre aqui notar que Peter Burke se utiliza da ideia, mas não a define, talvez por motivos estratégicos (e teórico-metodológicos), peremptoriamente, o que é *comunidade imaginada*. É Benedict Anderson, teórico e historiador que percebeu o significado da distância geográfica no discurso de unidade nacional, que ilustra bem a expressão: “É imaginada porque mesmo os membros da menor nação nunca conhecerão a maior parte dos habitantes, ou mesmo ouvirão falar deles, ainda que na mente de cada um dos membros persista a ideia de uma verdadeira união”.³⁷

Os movimentos puristas não se limitaram aos primórdios da Europa moderna. Segundo Burke, o século XIX também é cenário de manifestações dessa natureza. Mas um novo dado é

³⁶ BURKE, Peter. Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p.177.

³⁷ No original: “It is imagined because the members of even the smallest nation will never know most of their fellow-members, meet them, or even hear of them, yet in the minds of each lives the image of their communion”. ANDERSON, Benedict. Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. London: Verso. 1991, p.6.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

incorporado. A língua popular, camponesa passa a ser considerada como possível padrão. Em parte isso reflete um sentimento de valorização dos símbolos nacionais e da descoberta do povo.

Por fim, Burke observa que as questões linguísticas tratadas no livro apontam tanto para continuidades como para contrastes entre o mundo de antes e de depois de 1789. O purismo como pensamento de preservação, mas, também de imposição, percorre toda a linha, em maior ou menor grau, da história antes e depois do evento revolucionário francês que alçou valor universal. Mas, para Burke, o termo moderno, historicamente utilizado para qualificar e posicionar uma outra Europa, passa a fazer ainda mais sentido e ganha muita mais força com a notada intervenção do Estado, na tentativa de padronizar, normatizar, regulamentar as línguas, retirando essa iniciativa das mãos dos estudiosos e escritores. O ensaio de Peter Burke é também, segundo o autor, uma maneira de questionar e analisar esse processo.

Para além do estudo aprofundado e detalhado (não obstante o próprio autor considerar superficial) da história cultural das línguas, “Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna” é o resultado da ampla e densa produção de pesquisa levada a efeito pelo historiador. E é essa massa crítica de dados que contribui também, com valiosos aportes, para o desenvolvimento dos estudos no campo da história da educação.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1991.

BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de; JULIA, Dominique. *Une Politique de La Langue – La Revolution Française et les Patois*. Paris: Gallimard, 1975.

FISCHER, Roger. *Uma breve história da linguagem*, Osasco, SP: Novo Século Editora, 2009.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

